

LUIZ GUILHERME  
MARINONI

TUTELA DE  
**URGÊNCIA**  
E  
TUTELA DA  
**EVIDÊNCIA**

SOLUÇÕES PROCESSUAIS DIANTE DO TEMPO DA JUSTIÇA

3ª edição  
Revista e atualizada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Analista de Conteúdo Editorial:* Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Assistente Administrativo:* Tatiana Leite

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiárias:* Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação de capa:* WK Editoração

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Marinoni, Luiz Guilherme  
Tutela de urgência e tutela de evidência: Soluções processuais diante do tempo da  
Justiça / Luiz Guilherme Marinoni. – 3. ed. rev., e atual. – São Paulo : Thomson Reuters  
Brasil, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-532-1983-4

1. Processo civil 2. Tutela de evidência 3. Tutela de urgência 4. Tutela provisória I.  
Título.

19-29936

CDU-347.919.6

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Tutelas: Direito processual civil 347.919.6

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

# SUMÁRIO

## PARTE I

### TÉCNICA PROCESSUAL E TUTELA DOS DIREITOS

1. Do processo neutro ao processo adequado à tutela dos direitos.....	17
2. O escopo de tutela dos direitos.....	18
3. Técnica processual e tutela dos direitos .....	24
4. A técnica da cognição e a construção de procedimentos diferenciados .....	25
4.1. A técnica da cognição parcial .....	26
4.2. A técnica da cognição sumária.....	29
4.3. A técnica da cognição exauriente <i>secundum eventum probationis</i> .....	31
4.4. A técnica da cognição exauriente enquanto não definitiva .....	34
4.5. A técnica da cognição exauriente por ficção legal conjugada com a técnica da cognição exauriente <i>secundum eventum defensionis</i> .....	35
4.6. A técnica dos títulos executivos extrajudiciais .....	36
5. Técnica antecipatória, tutela cautelar, tutela antecipada e tutela da evidência.....	37

## PARTE II

### TUTELA DE URGÊNCIA: CAUTELAR E ANTECIPADA

1. A evolução da tutela de urgência: da tutela de segurança à compreensão e ao delineamento das tutelas cautelar e antecipada.....	46
1.1. A tutela cautelar na origem do direito processual civil.....	46
1.2. A proibição dos juízos de verossimilhança no processo clássico .....	51
1.3. O problema da demora do processo e as novas situações jurídicas carentes de tutela.....	52

1.4.	A superação da regra da <i>nulla esecutio sine titulo</i> e o escopo de tutela dos direitos .....	59
1.5.	O motivo da introdução da tutela antecipada no Código de 1973 .....	61
1.6.	As razões de Calamandrei e o apego irrefletido da doutrina .....	62
1.7.	A definição legislativa de tutela cautelar – art. 301, CPC .....	65
1.8.	A zona de penumbra no Código de 1973 .....	66
1.9.	O significado de tutela cautelar e de tutela antecipada no Código de 2015 .....	67
2.	Perfil da tutela cautelar .....	69
2.1.	Conceito .....	69
2.2.	Tutela assecuratória da tutela do direito material ou da situação jurídica tutelável .....	74
2.3.	Não satisfatividade .....	79
2.4.	Instrumentalidade .....	83
2.5.	Referibilidade .....	84
2.6.	Diferença entre cautelaridade e preventividade .....	85
3.	A tutela cautelar diante das tutelas contra o ilícito (inibitória e de remoção) .....	91
3.1.	A superação da confusão entre ilícito e dano e a identificação de tutelas jurisdicionais que têm como pressuposto apenas o ato contrário ao direito .....	91
3.2.	Tutelas contra o ilícito: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito .....	93
3.3.	Tutela inibitória e tutela cautelar .....	97
3.4.	Tutela de remoção do ilícito e tutela cautelar .....	103
4.	Da tutela antecipada .....	104
4.1.	Tutela antecipada ou tutela do direito mediante cognição sumária .....	104
4.2.	Tutela antecipada declaratória e constitutiva? .....	106
4.3.	Tutela antecipada de soma em dinheiro .....	111
4.4.	Irreversibilidade dos efeitos jurídicos da decisão .....	115
4.5.	A irreversibilidade dos efeitos fáticos é uma consequência inerente à natureza da tutela antecipada .....	118
5.	Pressupostos das tutelas cautelar e antecipada .....	123

5.1.	Perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.....	123
5.2.	Perigo de ato contrário ao direito e da prorrogação dos efeitos concretos da conduta ilícita .....	124
5.3.	Perigo de dano a direito conexo ao direito à tutela final .....	125
5.4.	Probabilidade do direito .....	126
6.	Tutelas nas formas antecedente e incidente e momento para a concessão da tutela incidente.....	127
6.1.	Tutelas cautelar e antecipada nas formas antecedente e incidente .....	127
6.2.	Momento de concessão da tutela urgente incidental .....	130
6.2.1.	Tutela de urgência antes da ouvida do réu .....	130
6.2.2.	Justificação prévia para a concessão da tutela de urgência .....	131
6.2.3.	Tutela de urgência na sentença .....	132
7.	Prova, convicção e justificativa.....	133
7.1.	Prova e convencimento.....	133
7.2.	Convicção e verossimilhança.....	133
7.3.	A chamada convicção de “verossimilhança preponderante” .....	134
7.4.	A convicção de probabilidade diante da postecipação do contraditório... ..	136
7.5.	Convicção de probabilidade, racionalidade da decisão e critérios decisoriais .....	137
7.6.	Justificativa da convicção de probabilidade.....	138
7.7.	Crítérios para o controle da racionalidade do discurso baseado na convicção de probabilidade .....	140
7.8.	Convicção de probabilidade e caso concreto .....	141
7.9.	A importância da identificação da tutela do direito a ser antecipada para a racionalização da convicção de probabilidade.....	142
7.10.	A convicção de probabilidade diante das várias tutelas de direito que podem ser antecipadas .....	143
7.11.	Convicção de probabilidade e os elementos da tutela cautelar .....	147
7.12.	Perigo enquanto conceito que guarda em si a probabilidade .....	148
7.13.	Dificuldade da prova e credibilidade das alegações .....	150
7.14.	Convicção de probabilidade e consideração das posições em disputa.....	151

7.15.	Convicção de probabilidade e caução .....	155
8.	Efetivação da tutela de urgência.....	156
8.1.	Execução “provisória”, execução incompleta e execução fundada em cognição não definitiva.....	156
8.2.	Execução e efetivação da tutela antecipada.....	158
8.3.	Efetivação da tutela de urgência nas hipóteses em que se almeja fazer, não fazer, entrega de coisa e soma em dinheiro.....	161
8.4.	A prisão como meio de coerção indireta .....	164
8.5.	Execução da tutela antecipada de pagamento de soma em dinheiro .....	171
8.5.1.	O uso da multa para dar efetividade à tutela antecipada de soma em dinheiro.....	171
8.5.2.	O emprego da penhora online.....	174
8.5.3.	A tutela antecipada na ação ressarcitória .....	175
8.5.3.1.	Justificativa .....	175
8.5.3.2.	A natureza alimentar da tutela antecipada na ação ressarcitória .....	179
8.5.3.3.	A efetivação da tutela antecipada na ação de ressarcimento.....	180
8.5.3.4.	A execução da tutela antecipada de soma em dinheiro, na ação de ressarcimento, admite a expropriação de bem sem a prestação de caução .....	182
8.6.	Caução para a concessão da tutela de urgência.....	184
9.	Controle do poder executivo do juiz.....	185
9.1.	A racionalidade da tutela antecipada parcial.....	185
9.2.	O princípio da tipicidade dos meios executivos .....	187
9.3.	O princípio da tipicidade como previsão de meios de execução por sub-rogação.....	188
9.4.	As novas necessidades do direito material e a insuficiência dos meios executivos tipificados em lei .....	189
9.5.	Do princípio da tipicidade ao princípio da concentração dos poderes de execução .....	190
9.6.	A influência do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva sobre o princípio da concentração .....	191

9.7.	As cláusulas gerais executivas como respostas ao direito ao meio executivo adequado .....	193
9.8.	Princípio da concentração, ruptura da regra da congruência e possibilidade de alteração do meio executivo.....	195
9.9.	A omissão legal e o dever de o juiz determinar o meio executivo adequado como decorrência do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva ...	196
9.10.	O controle do poder executivo diante das cláusulas gerais .....	198
9.11.	O controle do poder executivo após o trânsito em julgado .....	201
9.12.	O controle da alteração da modalidade executiva na tutela antecipada...	202
9.13.	O controle da determinação da modalidade executiva adequada na antecipação de soma .....	203
9.14.	A justificativa como forma de racionalizar o uso do poder de execução e de viabilizar a participação das partes no processo.....	206
10.	Revogação e modificação da tutela .....	207
10.1.	Eficácia temporal das tutelas cautelar e antecipada .....	207
10.2.	Manutenção excepcional da tutela de urgência em caso de sentença de improcedência.....	208
10.3.	Fundamentos para a revogação ou modificação da tutela de urgência.....	209
10.4.	Revogação ou modificação da tutela de urgência no tribunal .....	210
10.5.	Modificação da tutela em proveito da parte que a obteve .....	211
10.6.	Eficácia da tutela no período de suspensão do processo .....	211
11.	Restituição das coisas no estado anterior, reparação dos danos e responsabilidade pelo dano provocado pela efetivação da tutela urgente .....	212
11.1.	A restituição das coisas no estado anterior e a reparação dos danos provocados pela execução.....	212
11.2.	Pressupostos da responsabilidade da parte que requereu a tutela de urgência efetivada em prejuízo do adversário.....	213
11.3.	Hipóteses de responsabilidade objetiva.....	214
11.4.	Liquidação da indenização .....	217
12.	Procedimento em caso de tutela antecipada antecedente .....	220
12.1.	Justificativa e importância do uso adequado da tutela antecipada na forma antecedente .....	220

12.2.	Requisitos da petição inicial em que se pede tutela antecipada antecedente .....	220
12.3.	Procedimento em caso de concessão da tutela antecipada na forma antecedente .....	221
12.4.	Procedimento quando a tutela antecipada é indeferida .....	222
13.	Estabilização da tutela .....	223
13.1.	Fundamento da estabilização da tutela.....	223
13.2.	O problema da generalização do significado de inércia do demandado...	224
13.3.	O esquecimento de que, se a tutela antecipada pode se estabilizar quando é requerida na forma antecedente, não há motivo algum para não poder se estabilizar quando é requerida na petição inicial da ação em que se pede a tutela do direito .....	227
13.4.	Requisitos para a estabilização da tutela .....	227
13.5.	Concessão parcial da tutela antecipada ou requerimento de tutela antecipada que não abrange a integralidade do mérito .....	228
13.6.	Efeitos temporalmente ilimitados da tutela estabilizada .....	229
13.7.	Tutela estabilizada, declaração sumária e constituição provisória.....	231
13.8.	Possibilidade de reforma e invalidação da tutela antecipada estabilizada...	232
13.9.	Fluência do prazo para a propositura da ação objetivando reforma ou invalidação da tutela estabilizada.....	233
13.10.	Não há coisa julgada, mas apenas extinção do direito de reformar ou invalidar a tutela estabilizada, depois de exaurido o prazo de dois anos do § 5º do art. 304 .....	234
13.11.	Estabilização da tutela contra a fazenda pública.....	238
14.	Diferenças entre os procedimentos das tutelas antecipada e cautelar antecedentes ...	242
14.1.	Distinção entre o procedimento da tutela cautelar antecedente e o procedimento da tutela antecipada antecedente.....	242
14.2.	Ações cautelar e principal num único processo e ação única com requerimento de tutela antecipada antecedente .....	244
14.3.	Diferença da urgência que legitima a tutela cautelar na forma antecedente...	245
14.4.	Fungibilidade das tutelas cautelar e antecipada .....	246
15.	Do procedimento cautelar .....	246
15.1.	Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente .....	246

15.2. Concessão da tutela cautelar antes da citação do réu .....	247
15.3. Procedimento acelerado .....	247
15.4. Apresentada a contestação será observado o procedimento comum .....	248
15.5. Contestação e defesa .....	249
15.6. Reconhecimento da procedência do pedido .....	250
15.7. Pedido de tutela cautelar e efeitos da revelia .....	250
15.8. Provas admissíveis .....	252
16. Repercussão da decisão tomada em sede cautelar sobre o julgamento do pedido de tutela do direito .....	252
16.1. A decisão cautelar não interfere sobre o julgamento do pedido principal ...	252
16.2. Reconhecimento de decadência ou de prescrição em sede de tutela cautelar .....	253
17. Ação principal.....	254
17.1. Duas ações e um processo .....	254
17.2. Aditamento da causa de pedir?.....	255
17.3. Relação entre ação principal e efetivação da tutela cautelar .....	256
17.4. Procedimento após o ajuizamento da ação principal.....	256
17.5. Cumulação das ações cautelar e principal.....	257
18. Cessaçãoda eficácia da tutela cautelar.....	257
18.1. Introdução .....	257
18.2. Não formulação do pedido principal no prazo legal.....	257
18.3. Não efetivação da tutela em trinta dias.....	259
18.4. Improcedência do pedido principal ou extinção do processo sem resolução de mérito .....	260
19. Renovação do pedido de tutela cautelar sob novo fundamento.....	261
20. Tutela urgente contra a Fazenda Pública .....	263

**PARTE III**  
**TUTELA DA EVIDÊNCIA**

1.	Introdução.....	272
1.1.	Tutela da evidência como técnica de distribuição do tempo do processo...	272
1.2.	O tempo do processo como ônus e a necessidade da sua distribuição entre as partes.....	273
1.3.	A falsidade do princípio da <i>nulla executio sine titulo</i> diante do conflito entre o direito à tutela tempestiva e o direito à cognição definitiva .....	275
1.4.	Evidência do direito e fragilidade da defesa.....	278
1.5.	Evidência dos fatos constitutivos, inconsistência da defesa e distribuição do ônus do tempo do processo.....	279
1.6.	A importância de situar corretamente os fatos litigiosos para a distribuição do tempo do processo.....	283
1.7.	A condenação com reserva no direito italiano.....	285
1.8.	Pressupostos da tutela da evidência.....	287
1.9.	A defesa de mérito, além de não poder ser de pronta solução, deve ser inconsistente.....	288
2.	A tutela da evidência baseada na técnica da reserva da cognição da defesa de mérito indireta infundada.....	292
2.1.	Os critérios da não contestação e da incompatibilidade entre apresentação de defesa de mérito indireta e negação dos fatos constitutivos.....	292
2.2.	A defesa de mérito indireta equivale, em regra, à não contestação dos fatos constitutivos.....	294
2.3.	Resolução do impasse diante da incompatibilidade entre as defesas de mérito direta e indireta.....	295
2.4.	O dever de o réu se manifestar sobre os fatos narrados na petição inicial, o dever de veracidade e o dever de o réu esclarecer a sua defesa .....	297
3.	Tutela da evidência baseada na técnica da prova dos fatos constitutivos .....	299
3.1.	A prova documental dos fatos constitutivos .....	299
3.2.	A necessidade de tutela da evidência no procedimento monitorio.....	301
3.3.	A diferença entre prova escrita, prova suficiente para a tutela da evidência e prova suficiente para a procedência do pedido.....	301

3.4.	A tutela da evidência e a tutela antecipada no procedimento monitorio...	306
3.5.	A execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado monitorio .....	309
3.6.	A tutela da evidência mediante a técnica monitoria (prova do fato constitutivo) no procedimento comum .....	310
3.7.	A tutela da evidência quando a ação impõe entrega de coisa, fazer ou não fazer.....	312
4.	A tutela da evidência fundada em prova do fato constitutivo e em defesa direta infundada .....	314
4.1.	Defesa direta infundada .....	314
4.2.	A tutela da evidência baseada em prova emprestada .....	315
4.3.	A tutela da evidência na hipótese de prova do núcleo do fato constitutivo e de contestação infundada dos seus elementos secundários.....	316
5.	Justificativa da tutela da evidência baseada em defesa indireta infundada .....	317
5.1.	O critério da distribuição do ônus da prova como vetor para a repartição do tempo do processo.....	317
5.2.	O princípio de que o tempo do processo deve ser suportado pela parte que necessita da instrução da causa .....	318
5.3.	O processo não pode prejudicar o autor que tem razão.....	322
5.4.	A necessidade de evitar o abuso do direito de defesa .....	324
6.	Justificativa da tutela de evidência na hipótese de defesa direta infundada .....	325
6.1.	A imprescindibilidade de defesa direta necessariamente fundada diante da força argumentativa implícita na prova do autor .....	325
6.2.	A força da prova do autor como critério para se ter como abusiva a defesa direta apresentada sem fundamento sério.....	326
7.	A tutela da evidência na dimensão dos direitos fundamentais processuais .....	327
8.	As hipóteses do art. 311 do Código de Processo Civil .....	329
8.1.	A cláusula geral do “abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório” .....	329
8.2.	“As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante” .....	330

8.3.	“Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa” .....	331
8.4.	“A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável” .....	333
9.	A inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 311 .....	334
10.	Tutela da evidência e fundamentação .....	336
11.	Momento oportuno à concessão da tutela da evidência .....	337
12.	Possibilidade de revogação da tutela e agravo de instrumento com efeito suspensivo .....	339
13.	A execução imediata da tutela da evidência e a questão da caução .....	340
14.	Tutela da evidência na sentença .....	342
14.1.	A tutela da evidência diante da contestação genérica .....	342
14.2.	O réu que comparece no processo e não apresenta contestação .....	346
14.3.	Contestação que nega precedente de Corte Suprema .....	348
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>		<b>351</b>